

ISSN 3085-5624

Eixo Temático 1 – Produção, Mediação e Gestão da Informação

**GESTÃO DOCUMENTAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: DIRETRIZES PARA UMA  
POLÍTICA ARQUIVÍSTICA NO ARQUIVO GERAL DA UFCG****DOCUMENT MANAGEMENT AND ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY: GUIDELINES FOR AN  
ARCHIVAL POLICY IN THE UFCG GENERAL ARCHIVE**

**Brígida Passos Almeida da Nóbrega** – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB),  
*brigida.passos@aluno.uepb.edu.br*, <https://orcid.org/0009-0006-4008-9830>

**Euliane Figueiredo da Rocha** - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB),  
*euliane.figueiredo@aluno.uepb.edu.br*, <https://orcid.org/0009-0009-6712-2655>

**Gardênia da Silva Souza** - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB),  
*souza.gardenia@aluno.uepb.edu.br*, <https://orcid.org/0009-0003-8649-2551>

**Manuela Eugênio Maia** - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB),  
*manuelamaia@servidor.uepb.edu.br*, <https://orcid.org/0000-0003-4000-4244>

**Jacqueline Echeverría Barrancos** - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB),  
*jacquebarrancos@servidor.uepb.edu.br*, <https://orcid.org/0000-0001-9204-905>

**Modalidade: Trabalho completo**

**Resumo:** A gestão documental é essencial para garantir o acesso à informação, a preservação da memória institucional e a eficiência administrativa. Este estudo investigou práticas de gestão documental no arquivo geral da Universidade Federal de Campina Grande com foco na sustentabilidade ambiental, com o objetivo de propor diretrizes para uma política arquivística institucional. A pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, aplicou questionários a servidores envolvidos na produção e gestão de documentos. Os resultados apontam práticas pontuais e não padronizadas, fragilidade no uso de instrumentos arquivísticos e ausência de diretrizes sustentáveis institucionais. Conclui-se pela urgência de uma política arquivística sustentável, capaz de articular governança, formação e responsabilidade socioambiental.

**Palavras-chave:** gestão documental; sustentabilidade arquivística; políticas públicas.

**Abstract:** Document management is essential to ensure access to information, the preservation of institutional memory, and administrative efficiency. This study investigated document management practices in the general archive of the Federal University of Campina Grande, focusing on environmental sustainability, with the goal of proposing guidelines for an institutional archival policy. This qualitative, exploratory-descriptive study employed questionnaires administered to staff involved in document production and management. The results indicate specific and non-standardized practices, fragility in the use of archival instruments, and a lack of institutional sustainability guidelines. The conclusion is that a sustainable archival policy capable of articulating governance, training, and socio-environmental responsibility is urgently needed.

**Keywords:** document management; archival sustainability; public policies.

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão de documentos arquivísticos constitui uma atividade estratégica e contínua no âmbito das instituições públicas de ensino superior, abrangendo desde a produção até a destinação final dos registros que sustentam a vida acadêmica e científica das universidades. Esses documentos, dotados de valor legal, informacional e histórico, integram a memória institucional e demandam organização, preservação e acesso de forma eficiente, segura e responsável.

Diante do cenário contemporâneo, em que as demandas sociais e ambientais se intensificam, torna-se imperativo repensar as práticas arquivísticas sob a perspectiva da sustentabilidade. Essa abordagem ultrapassa a mera conservação de registros, ao integrar o uso racional dos recursos, o acesso equitativo à informação e a promoção da responsabilidade socioambiental nas rotinas documentais.

No contexto paraibano, instituições como a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) acumulam volumosos acervos físicos e digitais, produzidos diariamente por suas atividades administrativas, pedagógicas e científicas. No Arquivo Geral da UFCG, observa-se a convivência entre práticas tradicionais de gestão documental e iniciativas de modernização mediante sistemas informatizados. No entanto, essa transição ocorre de forma desigual e, muitas vezes, sem respaldo em políticas institucionais que articulem as dimensões da sustentabilidade e da governança arquivística.

Paralelamente, os desafios ambientais globais e os avanços tecnológicos impõem novos critérios para o funcionamento dos arquivos. Problemas como inundações, falhas estruturais, excesso de impressões e descarte inadequado de documentos evidenciam os riscos associados à ausência de planejamento sustentável. Tais falhas comprometem não apenas a preservação da informação, mas também geram impactos econômicos, sociais e ecológicos.

Dessa forma, a gestão documental orientada por diretrizes sustentáveis revela-se uma ferramenta essencial para a racionalização de recursos, a eficiência organizacional e o fortalecimento da imagem institucional. Com base nesse cenário, presente pesquisa parte da seguinte questão norteadora: Quais práticas de gestão documental podem contribuir para a sustentabilidade arquivística e ambiental, subsidiando a elaboração de políticas

institucionais no Arquivo Geral da UFCG?

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar a gestão de documentos no Arquivo Geral da UFCG, à luz dos princípios da sustentabilidade ambiental. Os objetivos específicos são: identificar as práticas atuais de gestão documental na instituição; avaliar os principais desafios à sustentabilidade na organização e na preservação dos documentos; propor diretrizes para uma política institucional de gestão documental sustentável, aplicável ao Arquivo Geral da universidade.

A escolha do tema justifica-se pela crescente necessidade de institucionalizar políticas de gestão documental sustentável no âmbito das universidades públicas, superando práticas pontuais e não sistematizadas. A carência de normativas sobre o uso racional de papel, descarte seletivo e digitalização responsável evidencia uma lacuna que demanda abordagem estratégica e participação intersetorial.

Nesse sentido, esta pesquisa contribui para o fortalecimento da Arquivologia como campo comprometido com a inovação, a sustentabilidade e a governança informacional. Sua relevância reside no potencial de gerar conhecimento aplicado, capaz de subsidiar decisões institucionais e fomentar a adoção de modelos sustentáveis em outras universidades. Além disso, reforça o papel do arquivista como agente transformador, articulando informação, meio ambiente e cidadania.

Dessa forma, ao propor uma política que integre a gestão documental à sustentabilidade, esta investigação reforça o compromisso da Arquivologia com a inovação e a responsabilidade ambiental. O artigo resulta dos estudos realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística – PPGDARQ, constituindo-se como parte do esforço coletivo de reflexão e produção acadêmica do grupo.

A proposta deste estudo emerge da vivência prática na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), onde se observa, cotidianamente, a ausência de diretrizes institucionais articuladas para uma gestão documental alinhada aos princípios da sustentabilidade. A prática arquivística, na instituição permanece, em grande parte, restrita a procedimentos operacionais e a organização física dos acervos, desconsiderando dimensões fundamentais como o impacto ambiental do uso excessivo de papel, o descarte adequado de documentos e a ausência de padronização nos fluxos documentais.

Essa realidade é agravada pela falta de políticas estruturantes que integrem gestão documental, governança arquivística e responsabilidade socioambiental. Embora existam iniciativas pontuais — como o uso de sistemas automatizados e a racionalização da produção documental — tais ações são fragmentadas, não sistematizadas e desprovidas de respaldo normativo consistente. A experiência institucional revelou, portanto, lacunas que não podem ser superadas apenas por boas práticas individuais ou soluções técnicas isoladas: é necessário o desenvolvimento de políticas arquivísticas formais, ancoradas em princípios legais e alinhadas às diretrizes de desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

A motivação da pesquisa fundamenta-se no entendimento de que a gestão documental precisa dialogar com os desafios contemporâneos, os quais extrapolam os aspectos técnico-operacionais e adentram o campo da responsabilidade institucional, da ética informacional e da sustentabilidade ambiental. Embora se verifique a existência de iniciativas pontuais, como o uso de sistemas automatizados e a racionalização na produção de documentos físicos, essas ações ainda são limitadas e carecem de respaldo em políticas formais de sustentabilidade institucional (Políticas de sustentabilidade, 2024). A experiência institucional revelou lacunas que não podem ser resolvidas apenas com boas intenções ou soluções técnicas isoladas, mas que demandam políticas estruturantes que orientem práticas mais conscientes e sustentáveis.

A relevância científica da pesquisa insere-se no campo da Arquivologia ao propor uma abordagem integrada entre gestão de documentos e os princípios da sustentabilidade. Ao contribuir com diretrizes para a construção de uma política arquivística sustentável, o estudo fortalece o papel estratégico dos arquivos na governança universitária e amplia a atuação do arquivista como agente de transformação institucional.

Além disso, o trabalho possui potencial de aplicabilidade em diferentes contextos da administração pública, servindo como modelo para a formulação de políticas de sustentabilidade arquivística em outras universidades brasileiras. A articulação entre os fundamentos arquivísticos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) contribui não apenas para a inovação da prática profissional, mas também para a consolidação da cidadania informacional e da memória social como dimensões indissociáveis da sustentabilidade organizacional.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com delineamento exploratório e descritivo, voltada à análise das práticas de gestão documental no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), sob a perspectiva da sustentabilidade. Conforme Richardson (2012), a abordagem qualitativa é apropriada para compreender fenômenos sociais em profundidade, considerando os significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas e experiências institucionais.

Quanto à finalidade, o estudo classifica-se como exploratório, ao investigar um campo ainda pouco sistematizado na Arquivologia brasileira — a sustentabilidade arquivística — e descritivo, por buscar caracterizar as práticas e os desafios enfrentados pela instituição em sua rotina documental (Gil, 2002).

O referencial teórico-conceitual que articula três eixos principais: (1) a gestão documental baseada no modelo clássico do ciclo de vida dos documentos, conforme os dispositivos legais arquivísticos brasileiros (Lei nº8.159/1991; Conarq); (2) a sustentabilidade aplicada aos arquivos, em suas dimensões ambiental, social e econômica (Albuquerque 2015; Rodrigues *et al.*, 2024); e (3) a governança arquivística, entendida como o conjunto de mecanismos estratégicos que articulam políticas, normas, práticas e responsabilidades institucionais (Silva, Maluf, 2025; Jardim, 2018). Esses eixos foram complementados por discussões contemporâneas sobre o papel do arquivista na formulação de políticas arquivísticas sustentáveis e na medição entre a informação, sociedade e meio ambiente (Arce, 2010; Silva *et al.*, 2021).

O campo empírico da pesquisa compreendeu o Arquivo Geral da UFCG, unidade responsável pela gestão institucional dos documentos administrativos e acadêmicos da universidade. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário estruturado, contendo questões fechadas e abertas, destinado a servidores que atuam diretamente com a produção, tramitação, uso, organização e destinação de documentos. O público-alvo inclui arquivistas, técnicos-administrativos e gestores de unidades. O instrumento teve como objetivos: diagnosticar as práticas atuais de gestão documental; verificar a existência de iniciativas sustentáveis; identificar lacunas normativas e operacionais; levantar as percepções dos servidores quanto à necessidade de uma política institucional de gestão documental sustentável.

A análise dos dados permitiu constatar a existência de falhas sistêmicas na padronização dos fluxos documentais, uso incipiente de instrumentos arquivísticos, o uso reduzido da tabela de temporalidade, fragilidade nos processos de descarte e digitalização, bem como uma incipiente articulação entre práticas sustentáveis e gestão documental. Apesar disso, os dados revelaram um potencial institucional latente, com servidores demonstrando consciência ambiental e disposição para capacitação e melhoria dos processos.

A triangulação entre os dados empíricos, o referencial teórico e os marcos legais vigentes (como a Lei de Arquivos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) fundamentou a formulação de diretrizes para uma Política Institucional de Sustentabilidade Arquivística, alinhada aos princípios da governança, ao fortalecimento da cidadania informacional e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão de documentos é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos nas fases corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (Brasil, 1991, p. 7).

A teoria arquivística tradicional leva em consideração o ciclo vital dos documentos desde a produção até a guarda permanente ou eliminação. Para a organização, acesso e preservação desses documentos é necessário a criação dos instrumentos técnicos fundamentais na arquivologia, o código de classificação de documentos e a tabela de temporalidade e destinação de documentos.

Esses instrumentos técnicos-normativos são fundamentais para o controle de produção e eliminação de documentos, contribuindo para evitar o acúmulo indevido e o desperdício de espaço físico e recursos institucionais. Conforme Silva (2021), a aplicabilidade do ciclo documental independe do suporte utilizado, reforçando a permanência dos fundamentos arquivísticos mesmo diante da digitalização e dos documentos natos digitais. A gestão de documentos é única, ela abrange tanto os documentos digitais como os não digitais.

Dessa forma, é importante que a gestão documental leve em consideração todos os suportes e tipos de documentos, salientando que “[...] os documentos digitais são mais



dependentes de um sistema de gestão de documentos, devido a suas especificidades. Um sistema de gestão de documentos incompleto ou falho pode acarretar perda, adulteração ou não validade da força probante dos documentos arquivísticos digitais” (Brasil, 2011, p. 48).

Portanto, a gestão documental contemporânea precisa incorporar princípios que extrapolem a eficiência operacional, integrando dimensões sociais, éticas, legais e ambientais. Nesse contexto, ganha destaque o conceito de sustentabilidade arquivística, alinhado aos compromissos da Agenda 2030 da ONU e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os relacionados à eficiência institucional (ODS 16), consumo responsável (ODS 12) e educação de qualidade (ODS 4).

Nessa perspectiva, torna-se evidente que a eficiência na gestão de documentos digitais e não digitais, não deve se restringir apenas aos aspectos técnicos-normativos e operacionais, mas também deve integrar princípios mais amplos, como a sustentabilidade.

Esta constitui um eixo transversal às práticas arquivísticas, principalmente à luz dos compromissos contemporâneos com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). O conceito de desenvolvimento sustentável, conforme estabelecido no Relatório Brundtland pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987, *online*), é definido como aquele que “satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”, sendo, portanto, diretamente aplicável à gestão de documentos e informações.

Nesse contexto, emerge o conceito de “Arquivo Verde”, proposto por Rodrigues *et al.* (2024), que articula a gestão arquivística aos princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica. Essa abordagem propõe práticas como a racionalização na produção documental, o uso consciente de materiais, a digitalização planejada, o descarte adequado e a mitigação de impactos ambientais provocados por documentos físicos e digitais. O debate é enriquecido por Albuquerque (2015), ao destacar que os arquivos digitais também geram impactos ambientais significativos, como o consumo energético dos servidores e o descarte de resíduos eletrônicos, exigindo uma reavaliação da sustentabilidade digital.

O tripé da sustentabilidade - ambiental, social e econômico - é retomado por Silva

(2021), que reforça a necessidade de articulação entre esses pilares nas práticas arquivísticas. Além disso, a legislação brasileira, por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e da Resolução nº 40/2014 do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), estabelece diretrizes para o descarte documental e o reaproveitamento de recursos, promovendo uma cultura institucional voltada para a gestão ambientalmente responsável dos arquivos (Brasil, 2010; 2014).

Nesse sentido, a implementação de práticas sustentáveis nos arquivos está intrinsecamente relacionada à consolidação da governança arquivística, que tem como função promover direcionamento, monitoramento, supervisão e avaliação, dessa forma ela atua no âmbito estratégico. As práticas de sustentabilidade terão mais força se de fato a alta administração planejar e direcionar ações nesse sentido.

Por outro lado, “[...] a gestão atua tendo em vista um direcionamento emanado da alta gestão (responsável pela governança) e se preocupa em garantir a entrega de serviços de qualidade à sociedade.” (Silva; Maluf, 2025, p. 436). Segundo Silva (2022), a governança fornece os fundamentos necessários para a criação de políticas de gestão documental alinhadas à transparência, à responsabilidade e à eficiência administrativa. Dessa forma, “a Governança é estratégica e a gestão é operacional” (Silva; Maluf, 2025, p. 441).

Segundo Jardim (2018), a noção de governança carece ainda de estudos e de uma fundamentação teórica mais sólida. No entanto, também enfatiza que a governança arquivística envolve políticas, projetos, programas, intercâmbio de informações e inovações, assim como relações fora do ambiente arquivístico, envolvendo outros atores, o que proporciona uma troca constante de informações que enriquecerá as práticas arquivísticas.

É nesse contexto que a presença do arquivista se mostra crucial. Quando este profissional atua desde as etapas iniciais de produção e tramitação dos documentos, passando pelo uso, organização, avaliação, arquivamento, e chegando à destinação final (seja guarda permanente ou eliminação), assegurando uma gestão documental eficaz. Essa gestão não apenas considera a preservação documental, mas também incorpora a proteção do meio ambiente, harmonizando as práticas arquivísticas com os objetivos mais amplos da governança e da sustentabilidade.

No âmbito da implementação de políticas de sustentabilidade arquivística, o



arquivista é concebido como um agente fundamental. Arce (2010) caracteriza esse profissional como gestor da informação e consultor técnico, atuando na padronização e racionalização da produção documental, bem como na disseminação de boas práticas sustentáveis. Mais do que executor de tarefas técnicas, o arquivista assume um papel protagonista na transformação das instituições, promovendo a integração entre gestão documental, sustentabilidade e cidadania informacional.

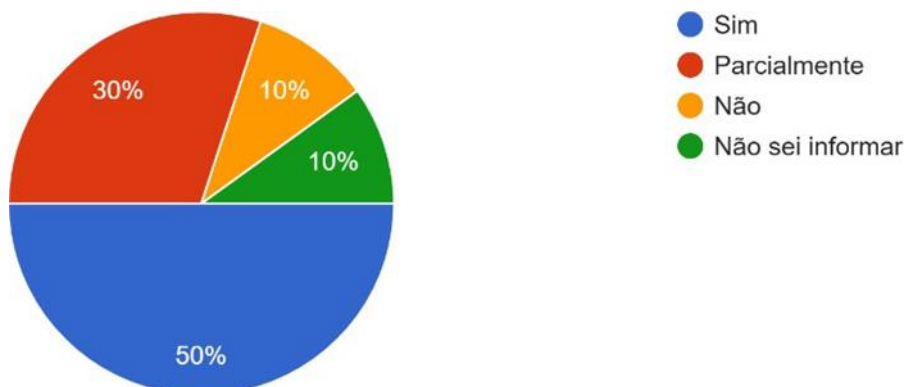
A formação de uma cultura informacional institucional é apontada como condição essencial para o êxito das políticas de gestão documental sustentável. De acordo com Silva *et al.* (2021), essa cultura depende da capacitação contínua dos servidores, da articulação entre normas e práticas, e do compromisso institucional com os princípios da transparência e responsabilidade socioambiental.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa empírica foi conduzida por meio da aplicação de um questionário estruturado a dez servidores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), incluindo arquivistas, técnicos administrativos e gestores vinculados a setores que produzem, utilizam ou gerenciam documentos arquivísticos. O levantamento objetivou mapear práticas de gestão documental e avaliar o grau de incorporação de ações sustentáveis no cotidiano institucional.

Os resultados revelam um cenário de fragilidade organizacional no que tange à padronização de procedimentos, ao uso de instrumentos técnicos arquivísticos e à adoção de práticas ambientalmente responsáveis. No Gráfico 1, relacionado com os aspectos da tramitação documental, pode ser observado que, apenas 50% dos respondentes afirmaram que seus setores possuem trâmites documentais definidos; 10% relataram desconhecer as rotinas de tramitação; outros 10% apontaram inexistência de controle; e 30% indicaram processos apenas parcialmente organizados. Esses dados evidenciam a ausência de normatização institucional, prejudicando a rastreabilidade, a eficiência administrativa e a conformidade com os princípios da governança arquivística.

**Gráfico 1 – Situação da tramitação documental**

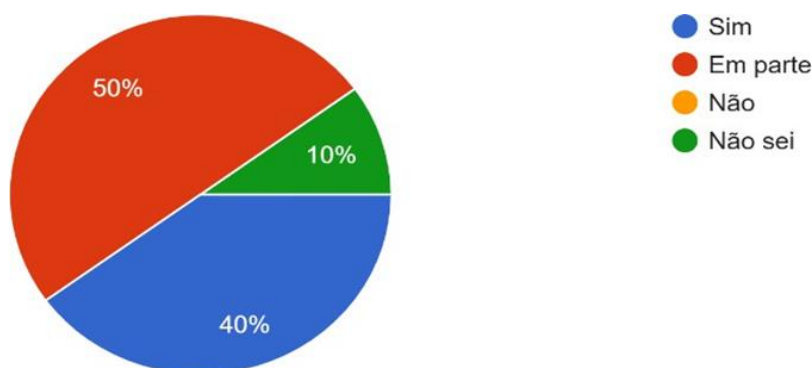


Fonte: dados da pesquisa (2025).

Com relação ao uso de instrumentos arquivísticos conforme mostra o Gráfico 2, (como a tabela de temporalidade e o código de classificação), 50% dos participantes opinaram utilizá-los, porém sem controle sistemático do ciclo de vida dos documentos. Outros 40% relataram desconhecimento ou uso parcial.

Essa dissociação entre prática e teoria arquivística compromete a eliminação adequada de documentos, o planejamento da preservação e o cumprimento das normativas arquivísticas nacionais (Conarq, 2014).

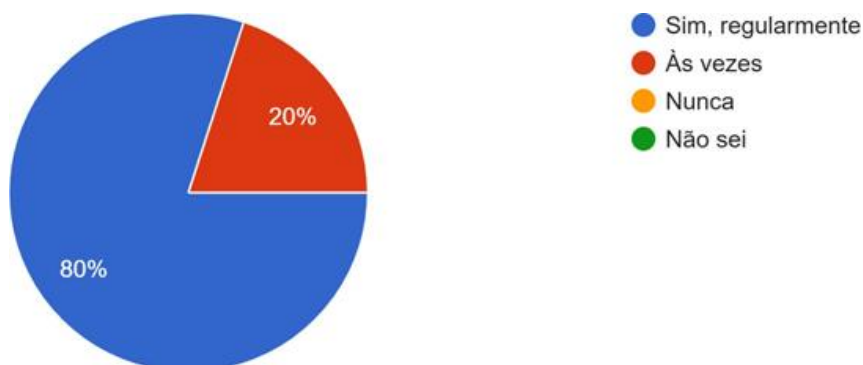
**Gráfico 2 – Controle do ciclo documental**



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Em relação à redução do uso de papel, no Gráfico 3, após a coleta desses dados, se percebe que 80% dos servidores afirmaram adotar essa prática de forma regular, enquanto 20% o fazem apenas ocasionalmente. Embora positivo, o dado revela ausência de monitoramento e incentivo institucional sistemático, já que não há normativas consolidadas sobre consumo consciente de papel.

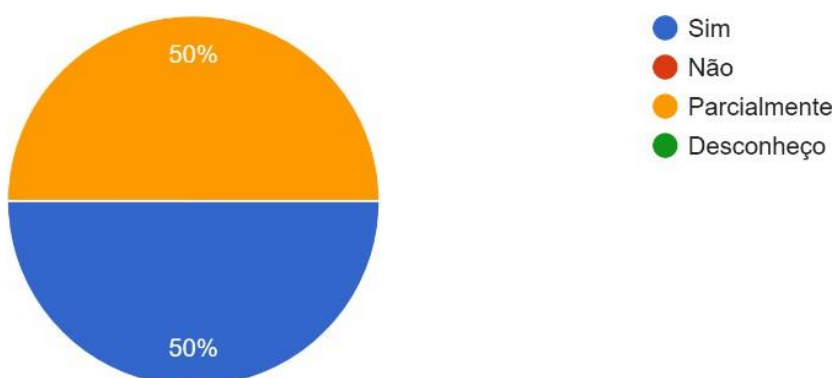
**Gráfico 3 – Incentivo à redução de papel**



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Em relação à digitalização, conforme o Gráfico 4, 50% dos respondentes afirmaram a inexistência de incentivo institucional para adoção de práticas digitais sustentáveis, o que aponta para a necessidade de políticas claras de transição digital, com critérios técnicos e ambientais.

**Gráfico 4 – Incentivo à digitalização de documentos**



Fonte: dados da pesquisa (2025).

No que diz respeito ao descarte de documentos, no Gráfico 5 os resultados indicam graves lacunas institucionais: 30% dos servidores relataram a prática de descarte seletivo; 20% indicaram descarte no lixo comum; 30% não sabem como o descarte é realizado em seus setores e 20% afirmaram que não há descarte. Esses dados apontam para riscos ambientais e legais, além de perda de valor informacional e de memória institucional. A ausência de políticas formais de descarte compromete a aderência à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e à Resolução Conarq nº 40/2014, que orienta o descarte seguro e sustentável de documentos.

**Gráfico 5 – Formas de descarte documental**

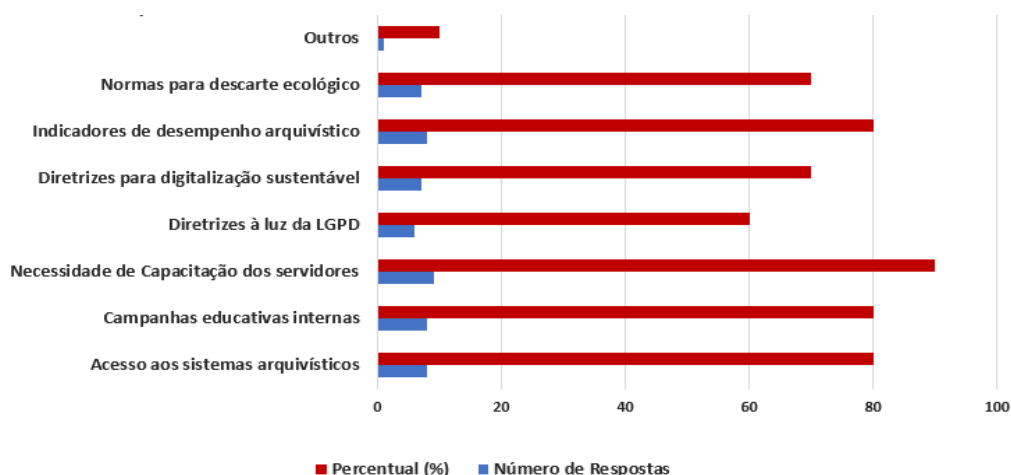


Fonte: dados da pesquisa (2025).

Apesar dos desafios, a pesquisa revelou um cenário promissor quanto ao engajamento dos servidores.

Questionados sobre os elementos que deveriam compor uma política de gestão e sustentabilidade arquivística, os participantes puderam selecionar múltiplas alternativas. Ver Gráfico 6. Nesse contexto, 90% destacaram a necessidade de capacitação continuada dos servidores, 80% indicaram a importância de campanhas educativas internas, indicadores de desempenho e acesso facilitado a sistemas arquivísticos; 70% enfatizaram diretrizes para digitalização sustentável e descarte ecológico. Já 60% enfatizaram a necessidade de alinhamento com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Brasil, 2018). Os dados evidenciam uma disposição institucional favorável à construção de uma nova cultura arquivística, mais consciente, responsável e integrada às dimensões socioambientais.

**Gráfico 6 – Elementos sugeridos para uma política institucional e interesse em capacitação**



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Tais respostas demonstram não apenas consciência ambiental, mas também disposição ativa dos servidores em contribuir com a construção de uma nova cultura arquivística baseada em governança, sustentabilidade e inovação.

Foi solicitado aos servidores a oportunidade de apresentarem sugestões, críticas ou comentários relacionados ao tema. Relataram, entre outras questões, a ausência de treinamentos e de divulgação das normas referentes à gestão de documentos. Sugeriram ainda, a elaboração de política arquivística que inclua a questão da acessibilidade nos espaços físicos, pois, no Arquivo Geral da UFCG, o acesso ao nível superior se dá exclusivamente por meio de escada, inexistindo rampas de acesso ou elevador. Cabe mencionar que as questões envolvendo a acessibilidade, também envolvem outras deficiências, necessitando de tecnologias assistivas para atender demais demandas dos usuários (Costa; Silva; Ramalho, 2010). Além disso, sinalizaram a necessidade de que os mobiliários de guarda e de trabalho sejam planejados considerando a qualidade ergonômica (Diniz; Lima; Simões, 2024) para os servidores e as Pessoas com Deficiência (PcD).

Um dos respondentes destacou que “há muitas limitações para o tratamento dos documentos em papel e para o acesso aos documentos digitais”. A partir dessa consideração, questionou-se em quais atividades de gestão o servidor PcD poderia exercer suas funções. Ressaltou-se, ainda, que “os concursos públicos hoje têm vagas para PcD e, eventualmente, podemos ter um servidor com essa condição.”

De modo geral, os resultados demonstram um descompasso entre a percepção dos servidores sobre a prática institucional vigente relacionada à sustentabilidade na gestão documental. As ações sustentáveis, embora presentes, são pontuais, fragmentadas e desprovidas de articulação normativa. A inexistência de políticas claras, de capacitação sistemática e de instrumentos arquivísticos aplicados de forma transversal compromete a eficiência, a legalidade e a responsabilidade socioambiental do Arquivo Geral da UFCG.

Contudo, o diagnóstico também revela potencial institucional latente, com servidores sensibilizados, práticas incipientes e abertura para inovação. A criação de uma política arquivística sustentável, portanto, apresenta-se como um passo necessário e oportuno, com potencial de impacto positivo tanto na gestão da informação quanto na imagem institucional da universidade.

## 5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como propósito analisar as práticas de gestão documental no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), à luz dos princípios da sustentabilidade ambiental, e propor diretrizes para a formulação de uma política arquivística institucional. Os resultados obtidos demonstraram que, embora existam esforços pontuais e uma crescente sensibilização dos servidores quanto à importância da sustentabilidade, ainda prevalece um modelo de gestão fragmentado, com ausência de padronização, uso insuficiente de instrumentos arquivísticos e descarte documental realizado de forma não sistematizada.

Tais lacunas comprometem diretamente a eficiência administrativa, a preservação da memória institucional e a conformidade com os marcos legais vigentes, como a Lei de Arquivos (nº 8.159/1991), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (nº 13.709/2018). Apesar desse cenário, a análise revelou também um potencial institucional favorável à mudança, com servidores demonstrando disposição para a capacitação continuada, interesse por indicadores de desempenho e demanda por diretrizes que integrem práticas sustentáveis à gestão arquivística.

Os resultados revelaram que, embora existam esforços incipientes e uma crescente consciência ambiental entre os servidores, as práticas sustentáveis no ambiente arquivístico ainda não são padronizadas. Tais lacunas comprometem diretamente a eficiência administrativa, a rastreabilidade da informação e os princípios da governança arquivística.

Esses dados reforçam a urgência de formalização de uma Política Institucional de Sustentabilidade Arquivística, entendida não apenas como ferramenta de gestão, mas como instrumento estratégico para o cumprimento das diretrizes legais, ambientais e sociais.

Para o avanço nessa direção, recomenda-se a implementação de diretrizes concretas alinhadas às expectativas dos próprios servidores. Dentre os elementos apontados, 90% destacaram a importância da capacitação dos colaboradores, 80% mencionaram campanhas educativas e indicadores de desempenho arquivístico, 70% defenderam diretrizes para digitalização sustentável e normas de descarte ecológico, e



60% ressaltaram a necessidade de alinhamento com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Brasil, 2018). Esses dados evidenciam uma disposição institucional favorável à construção de uma nova cultura arquivística mais sustentável e integrada.

A implementação de um plano estratégico integrado necessita considerar a racionalização da produção documental, a otimização de materiais de consumo, o uso de materiais reciclados, a segregação de lixo e a gestão adequada de resíduos eletrônicos. São questões essenciais e que podem transformar o arquivo geral em modelo de sustentabilidade institucional.

É importante ressaltar as limitações deste estudo. A pesquisa de campo, que incluiu a aplicação de questionário aos dez servidores arquivistas, técnicos-administrativos e gestores das unidades que lidam com, uso ou gestão de documentos do arquivo geral.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o uso exclusivo de questionário estruturado aplicado a uma amostra intencional de dez servidores, o que representa um recorte parcial da realidade institucional. A impossibilidade de realizar entrevistas semiestruturadas e observação direta, em função de restrições de tempo, limitou a triangulação metodológica e o aprofundamento qualitativo dos achados.

Embora a metodologia adotada tenha fornecido dados relevantes e uma compreensão do objeto de estudo, a inclusão dessas percepções profissionais poderia talvez enriquecer ainda mais a análise das políticas e práticas de sustentabilidade. Além disso, a pesquisa de campo realizada com os servidores, embora intencional e pertinente, representa um recorte específico da instituição.

Para futuras pesquisas, sugere-se aprofundar a elaboração de planos de formação e avaliar seus impactos diretos na mudança de cultura organizacional. Além disso, a proposição de indicadores que permitam monitorar o avanço da sustentabilidade arquivística nas instituições públicas é um caminho promissor. Recomenda-se ainda a aplicação prática de políticas de sustentabilidade em outras instituições, permitindo a análise comparativa de seus níveis de maturidade e a adaptação de modelos.

Sugere-se a ampliação desta investigação com o uso de métodos mistos, bem como estudos longitudinais que acompanhem a implementação e os efeitos de políticas de sustentabilidade arquivística. A criação e validação de indicadores de sustentabilidade em arquivos, e a comparação entre modelos institucionais de diferentes universidades,

representam caminhos promissores para fortalecer a Arquivologia como ciência estratégica voltada à inovação, preservação da memória e responsabilidade social.

Em síntese, reafirma-se que a sustentabilidade na gestão documental não constitui apenas uma diretriz ambiental, mas um princípio ético e estratégico para a preservação da memória institucional e o exercício da cidadania informacional. A consolidação do papel do arquivista como protagonista desse processo é essencial para garantir que os arquivos deixem de ser espaços de acúmulo e passem a ser agentes de transformação organizacional, cultural e ambiental.

### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulina Aparecida Marques Vieira. **Gestão arquivística sustentável**: uma proposta de manual. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

ARCE, Laura Isabel Marcaccio. **Arquivologia e sustentabilidade**: um novo desafio para o arquivista. 2010. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Gestão de documentos**: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Resolução nº 40, de 9 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 2014.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 jan. 1991.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Genebra: ONU, 1987.

COSTA, Luciana Ferreira da; SILVA, Alan Curcino Pedreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39, n. 2, p. 129-143, maio/ago., 2010.

DINIZ, Eugênio Paceli Hatem; LIMA, Francisco de Paula Antunes; SIMÕES, Raoni Rocha. A contribuição da Ergonomia para a segurança no trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [S.l.], v. 49, p. 1-10, 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JARDIM, José Maria. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31-45, 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, Nathalia Tereza Matias Lins *et al.* **Arquivo Verde: como promover a sustentabilidade nas instituições arquivísticas**. 1. ed. Campina Grande: Científica Digital, 2024.

SILVA, Ana Carollyna de Bulhões Moreira *et al.* Responsabilidade social do arquivista. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 287-305, abr./jun. 2021.

SILVA, Emerson Carlos da. **Políticas e estratégias de gestão documental para preservação digital no Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região / Rio Grande do Norte**. 2021. 143 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SILVA, Welder Antônio da; MALUF, Izabel Mirna Pinto. Governança e gerenciamento arquivísticos na perspectiva organizacional: propondo funções básicas. *In*: MALVERDES, André; SILVA, Luis Carlos da; MORAES, Margarete Farias de (org.). **Multiverso arquivístico: ensino e pesquisa na arquivologia brasileira**. Vitória: AARQUES; Antíteses, 2025. p. 429-446. 572 p.